

Mulheres na Amazônia brasileira: a luta das trabalhadoras da pesca, do garimpo e da agricultura familiar para confrontar o sofrimento e a violência contínuos

Women in the Brazilian Amazon: the struggle of women workers in fishing, mining and family farming to confront ongoing suffering and violence

Rosane de Seixas Brito Araújo 

Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: O modelo econômico desenvolvimentista vem gerando na Amazônia brasileira, nas últimas décadas, conflitos sociais e violência contra os povos e a natureza, produzindo mudanças nas formas de vida, assim como aumento da vulnerabilidade e do sofrimento social. A pesquisa, de inspiração etnográfica, investiga como mulheres da pesca, da agricultura familiar e do garimpo, atividades tradicionais e fortemente atingidas pelo agronegócio e pela mineração na região da BR-163, vêm enfrentando e produzindo transformações no mundo do trabalho e na estrutura familiar. Atuando em Itaituba, no oeste do Pará, e submetidas à mesma lógica de apropriação e exploração, as mulheres têm percepções diferentes acerca da luta e das formas de mobilização política. Em comum, assumem-se como 'guerreiras', superam sofrimentos múltiplos, marcados em seus próprios corpos, sustentam suas famílias e têm subvertido lugares sociais de poder antes eminentemente masculinos.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras. Violência. Vulnerabilidade social. Sofrimento social. BR-163.

Abstract: In recent decades, the developmental economic model has intensified social conflict and violence against traditional peoples and the environment in the Brazilian Amazon, disrupting livelihoods, increasing vulnerabilities and general social woes. This research is inspired by ethnography and investigates how women involved in fishing, family farming, small-scale mining that are traditional activities that have been heavily affected by agribusiness and mining in the BR-163 region, have experienced these processes and how they have reshaped the lives of local inhabitants, transforming both the world of labour and family structures. Working in Itaituba, in western Pará, and subjected to the same logics of appropriation and exploitation, these women have different perceptions of the struggle and of forms of political mobilization. In common, they see themselves as 'warriors,' they overcome multiple forms of affliction that have marked their bodies, and they support their families, but have subverted social positions of power that were previously predominantly pertaining to males.

Keywords: Female workers. Violence. Social vulnerability. Social suffering. BR-163.

Araújo, R. de S. B. (2026). Mulheres na Amazônia brasileira: a luta das trabalhadoras da pesca, do garimpo e da agricultura familiar para confrontar o sofrimento e a violência contínuos. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240107. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0107>

Autora para correspondência: Rosane de Seixas Brito Araújo. Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento. Av. L3 Norte, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Prédio da FINATEC, Bloco G, 1º andar. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 (rosanesbaraujo@gmail.com).

Recebido em 25/12/2024

Aprovado em 10/09/2025

Responsabilidade editorial: Deborah Bronz



INTRODUÇÃO

Mais de duas décadas após o início do novo século, o modelo desenvolvimentista vem gerando, cada vez mais intensamente, conflitos sociais e processos violentos contra os povos e a natureza na Amazônia brasileira, de interesse do projeto de pesquisa CONTER¹. Em contraposição, mobilizações e lutas sociais têm buscado combater os impactos do capitalismo, conforme o poder de organização e enfrentamento que conseguem articular.

Este artigo baseia-se na pesquisa realizada em 2023, que busca compreender se, no contexto mais amplo das lutas das mulheres, tem havido processos de mobilização de trabalhadoras rurais – da agricultura familiar, da pesca e do garimpo –, na região oeste do estado do Pará. Se assim identificados, apontar se chegam a produzir transformações importantes na cena política, tal como no mundo do trabalho e nos papéis sociais que essas mulheres ocupam, inclusive na família. A escolha dessas atividades foi, assim, norteada por dois aspectos centrais: por contarem com significativa participação feminina na região, sob diferentes aspectos; e também por serem alvo ou serem atingidas, direta ou indiretamente, por interesses mundiais, que têm interferido, com potencial cada vez mais destrutivo, nos meios de sobrevivência e nas condições de vida das trabalhadoras e de suas famílias, naquela região.

O campo da pesquisa foi sendo definido a partir de indagações instigantes que nortearam a escuta: por serem mulheres e trabalhadoras rurais da mesma região e município, haveria entre elas forte identificação, formas de atuação e de mobilização semelhantes, assim como padrões familiares e culturais semelhantes? A princípio, seria razoável dizer que sim e que não. E, ainda, com suas singularidades, culturas, trajetórias, experiências de vida e de trabalho, como percebem o dinamismo pelo qual passa a região e a si próprias? Têm uma visão crítica sobre o contexto que as afeta? Em caso afirmativo, quem seriam os principais

destinatários de suas críticas, considerando seus lugares de vida e de fala? Por outro lado, existem articulações dessas experiências com movimentos sociais e lutas populares em outras escalas e lugares? As experiências relatadas remetem a uma trama complexa de significados, com conexões e implicações decorrentes daquele dinamismo – socioeconômico, político e ambiental –, mesmo quando não diretamente formuladas, em vista da explicitação de contextos, percepções e interpretações das mulheres.

Situando, em termos geográficos, os territórios em que as participantes da pesquisa vivem e trabalham, elas localizam-se no município de Itaituba, lugar de acesso ao rio Tapajós pela rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), grande eixo rodoviário federal que percorre cinco estados brasileiros até alcançar as rotas comerciais transnacionais – legais e ilegais – do agronegócio e de minérios, fortemente integradas pelo Pará. Itaituba é também cortada pela BR-230, a Transamazônica, eixo transversal do país e estratégico no sentido norte-nordeste.

A metodologia da pesquisa, de caráter qualitativo, parte, assim, da observação da vivência, de inspiração etnográfica, e relatos de mulheres atuantes naquelas atividades, envolvidas ou não em processos de organização sindical ou política mais amplos. Além de algumas já conhecidas em etapas anteriores de investigação na região, outras mulheres foram sendo buscadas e sugeridas no percurso da pesquisa de campo.

Os resultados de longas horas de conversas e de entrevistas semiestruturadas foram sistematizados com base em eixos analíticos, possibilitando a correlação das contribuições. Foram, então, definidos como eixos centrais: conflitos sociais decorrentes das formas de vida e de trabalho, da expropriação de terras e da exploração predatória da natureza; pobreza e precariedade social; saúde; organização e mobilização das mulheres; relações com o Estado e com outras estruturas do poder econômico,

¹ O projeto de pesquisa "Conflitos territoriais sobre as frentes de expansão agrícola (Amazônia brasileira): violências, expulsões e dominação política" (CONTER) vincula-se ao Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD).

representantes do agronegócio e da mineração em grande escala, nacional e internacionalmente.

O detalhamento da sistematização desses elementos, assim como o entrelaçamento de múltiplas questões que emergiram para a análise, certamente não cabem nos limites deste trabalho. De todo modo, parte-se daquelas que levaram à definição de três categorias de análise identificadas como marcadores comuns nas experiências e nos relatos: vulnerabilidade social, sofrimento social e violência. Em paralelo ao trabalho de campo e à busca de referências teóricas, foi realizada a pesquisa documental.

Em vista de relatos e denúncias por elas formulados, foram também entrevistados representantes municipais de Itaituba e do governo federal² ligados à reforma agrária, à mineração e ao garimpo, às áreas de proteção da floresta amazônica e à produção agrícola de pequena escala. Vinculadas a interesses poderosos em disputa na região nas últimas décadas, como o agronegócio e a mineração, aquelas atividades são tradicionais naquela sub-região amazônica e contam com importante atuação de trabalhadoras mulheres.

A complexidade das relações sociais, políticas e de trabalho relatadas pelas mulheres envolve, no tocante à ocupação dos territórios, expropriação e grilagem de terras, inclusive em áreas destinadas à reforma agrária, deslocalizações forçadas das trabalhadoras e de suas famílias, ilegalidades na superexploração da natureza, além de precarização de políticas e investimentos públicos. Apesar de exercerem atividades diferentes e ocuparem territórios distintos, as participantes da pesquisa estão submetidas à mesma lógica de apropriação e exploração em meio à devastação socioterritorial, possuem condições sociais e ocupam papéis semelhantes na estrutura familiar, assim como vêm operando transformações significativas no mundo do trabalho.

As famílias, considerando-se os relatos de grande parte das entrevistadas, têm estrutura monoparental, sendo as mulheres as únicas responsáveis pelo grupo familiar, o que inclui muitas vezes, além dos filhos e netos, as mães das próprias trabalhadoras, reunindo, assim, três ou até quatro gerações em uma única unidade familiar. São situações que decorrem de vários fatores, sendo citados com frequência o abandono dos lares pelos parceiros, que passam a se desresponsabilizar pelas famílias, a gravidez de filhas adolescentes, que seguem morando e sendo sustentadas pelas mães, sem contar as dificuldades financeiras dos filhos adultos para tornarem-se independentes quanto à moradia. Em menor número, os relatos informam famílias nucleares, incluindo pais e filhos, como no caso de uma das garimpeiras e de agricultoras familiares de Monte Moriá, embora também nesses casos as mulheres cumpram papel determinante no trabalho, inclusive o doméstico, e no sustento das suas casas.

É importante salientar, no entanto, que há diferenças relevantes entre as percepções e ações das mulheres ouvidas sobre essas e outras questões. Como marcador geracional, ocorrido por acaso, é relevante dizer que a maioria das interlocutoras tem mais de cinquenta anos, em vista dos desdobramentos e das análises projetadas para as próprias vidas e da juventude, nas atividades e nos lugares onde se inserem.

Sobressai também nos relatos algo que é típico de regiões de fronteira: várias mulheres ouvidas ou suas famílias vieram de outras regiões do Pará ou de outros estados do país. A migração é, assim, um traço marcante da cidade de Itaituba e carrega expectativas das famílias relativas a novas possibilidades de vida e sustento. Ao mesmo tempo, há necessidade de adaptação à região, a diferentes processos de trabalho e a culturas da população pluriétnica.

² Os entrevistados representam a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração (Semmam), a Unidade Especial Avançada, em Itaituba, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Unidade Avançada de Itaituba do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Gerência Executiva, em Santarém, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em Itaituba, a pesquisa envolveu agricultoras familiares da comunidade Monte Moriá, localizada na vicinal do Cacau³, e, em sua área de abrangência, a presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI), regional BR-163⁴, que dirige também a Associação de Mulheres de Itaituba (ASMURITA); pescadoras artesanais vinculadas à Associação dos Pescadores e Pescadoras do Município de Itaituba (ASPEMIT), além da presidente da associação; e garimpeiras que nasceram ou vivem nos garimpos Água Branca, Patrocínio e Creporzinho, localizados na rodovia Transgarimpeira. Quanto ao campo de trabalho e à mobilização política, observam-se distintas formas de inserção e de percepção entre as que ocupam funções como dirigentes e as que estão exclusivamente envolvidas no cotidiano do trabalho.

Da agricultura familiar e da pesca, foi possível atender ao critério de vinculação a espaços institucionais ou organizacionais de mobilização, o que não ocorreu em relação às garimpeiras. Em vista de essa atividade estar à margem da legalidade em grande parte daquela região, muitas delas preferem não se expor, pedem sigilo de suas identidades e outras se recusam mesmo a participar de qualquer pesquisa, alegando temor. Justificam que, na atual gestão federal, estão ocorrendo ofensivas de combate à garimpagem ilegal, com a queima de maquinários, balsas, aviões, além de outras punições. Nesse contexto, a presença feminina no trabalho do garimpo⁵ seria bastante estigmatizada, sendo considerada restrita a funções ditas 'femininas', como o trabalho na cozinha ou nos cabarés?

As contribuições e a observação na pesquisa de campo remeteram a marcadores comuns, por meio de informações,

relatos de vida e experiências, que levaram à definição de três categorias para análise: violência, vulnerabilidade social e sofrimento social. Em paralelo ao campo e às referências teóricas, foi realizada a pesquisa documental.

BRILHOS E SOMBRAS DA 'CIDADE PEPITA'

A cidade de Itaituba possui, segundo o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), população de 123.314 pessoas, 26,48% maior do que a registrada em 2010, e área de 62.042,472 km², sendo o quinto maior município em extensão territorial do Pará. A cidade é cortada pelas rodovias BR-163 e BR-230 (Transamazônica), grandes eixos de conexão entre estradas, portos, aeroportos e hidrovias, com acesso ao oceano Atlântico, propiciando estrategicamente o comércio internacional de *commodities* produzidas nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Ao chegar a Itaituba, a paisagem do rio Tapajós salta aos olhos. Se o percurso for feito em pequeno avião, o rio surge como um 'mar' de água doce, cercado pela floresta amazônica. Mesmo do alto, é possível perceber diferentes colorações nas águas do rio, antes límpidas e verdes, como constatado há algumas décadas, assim como grandes áreas florestais agredidas e desmatadas, resultantes das atividades econômicas devastadoras da natureza.

Coy e Klingler (2014, p. 4) analisam que "as antigas frentes pioneiras da Amazônia passaram para a fase de pós-frentes e estão, mais do que nunca, com suas oportunidades e riscos, ligadas através do *agrobusiness* internacional às cadeias globais de valor". Enfatizam que a BR-163 é a "espinha dorsal de um dos corredores mais importantes e dinâmicos na Amazônia brasileira", [que se] tornou um "corredor de destruição" (Coy & Klingler,

³ A Vicinal do Cacau, antes chamada Vicinal do Brabo, situa-se na área do projeto de colonização de Itaituba, e abrange nove comunidades: Monte Moriá, Monte São, Perpétuo Socorro, São Sebastião, São Raimundo, Bom Jesus, Santa Luzia, Monte Dourado e Cristo Rei.

⁴ À FETAGRI da BR-163 estão vinculados sindicatos de trabalhadores rurais de seis municípios da região: Itaituba, Aveiro, Rurópolis, Novo Progresso, Trairão e Jacareacanga.

⁵ A garimpagem na região é marcada por práticas ilegais, inclusive em terras indígenas e em unidades de conservação, causa danos irreversíveis à saúde humana e à natureza, quando há contaminação pelo mercúrio, sendo, ainda, importante causa do desmatamento ilegal da floresta amazônica.

2014, p. 4). Afora a posição geográfica, Itaituba, segundo Tedesco (2015, p. 105):

Teve sua paisagem fortemente marcada pela exploração do ouro no Vale do Tapajós, cujo auge, no início dos anos 80, trouxe mudanças significativas com o imenso afluxo de pessoas de diversos estados do país, tendo sua população dobrado de tamanho entre os anos de 1978 e 1981, pelo que . . . ganhou a alcunha de "cidade pepita".

Nos anos 1980, os interesses dos governantes do país, voltados ao mercado internacional do ouro, levaram à construção da rodovia Transgarimpeira⁶. Nessa rodovia, situam-se os garimpos sobre os quais nos falamos as interlocutoras da pesquisa.

Castro (2021) aponta o quão importante é buscar captar diferentes olhares e perspectivas de sujeitos sociais que vivenciam situações de fronteira em cidades amazônicas, integrantes de redes mundiais de trocas comerciais. É o caso de Itaituba. Faz-se necessária a "inversão do olhar", diz a autora, buscar enxergar a região e os processos a partir de experiências singulares desses territórios. É fato que as narrativas das mulheres trouxeram desafios, tanto porque estão pressionadas por mudanças abruptas, violentas, que transformam o curso de suas vidas e levam seus próprios corpos à exaustão, como por questionarem estar ao desabrigo das leis de proteção do país ou ainda por não se submeterem aos limites legais, como as garimpeiras.

Aqui, entende-se que o lugar na interlocução pode não ser estável e precisar ser redefinido no curso das interações, o que se alinha à reflexão de Fonseca (2017, p. 15), sobre a etnografia no campo da saúde. Por outro lado, tal como refere a autora (Fonseca, 2017, pp. 19-20), também foi possível sentir, por vezes, o convite de interlocutoras a serem tratadas não como objeto de exame, mas como parceiras em diálogo. São desafios e caminhos propostos pelas autoras,

que alertam para a necessidade de transformações na condução do percurso da pesquisa.

ATIVIDADES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E DE INSERÇÃO

A aproximação com as interlocutoras ocorreu de diferentes formas. Com as agricultoras, houve momentos distintos de entrevistas presenciais em Itaituba e em Belém, com a dirigente da FETAGRI/BR-163, e de longas conversas e visitas a algumas unidades de produção familiar das mulheres da comunidade Monte Moríá. A presidente da ASPEMIT foi entrevistada presencialmente na sede da associação, e, posteriormente, a convite dela, participei de reunião agendada com todos os filiados. Após esse momento, entrevistei pescadoras que estiveram também presentes na reunião. As garimpeiras foram ouvidas presencialmente e também por meio de entrevistas *online*. Neste caso, por iniciativa própria, foram por elas filmadas e fotografadas locais de trabalhos, máquinas utilizadas na garimpagem, barracas de lona em que vivem, além da retirada do ouro por meio de 'filões'. A permissão para o registro foi concedida para ilustrar o que falavam, mas sob a condição expressa de que as imagens não fossem divulgadas.

Há distinções bem demarcadas entre as trabalhadoras das três atividades quanto a inserção, organização, mobilização social e atuação política delas. Fica claro também que as mulheres que ocupam funções de dirigentes na FETAGRI e na ASPEMIT estabelecem correlações entre as questões locais e aquelas de maior escala e, por isso, apontam e analisam as grandes linhas de força responsáveis pelo que se passa naquela região. Certamente, isso se deve ao fato de serem lideranças políticas atuantes, que, em razão disso, circulam, promovem articulações com outros movimentos sociais e instituições em outras cidades do país, além da própria capital do Pará.

⁶ A 'rota do ouro' possui 192 km de extensão e está ligada à BR-163 pelo distrito de Moraes de Almeida, em Itaituba, havendo nela inúmeros garimpos e reservas minerais.



Constata-se, também, a sua participação nas lutas das mulheres, na busca pela garantia de direitos.

A presidente da FETAGRI/BR-163 ressalta a existência de uma agenda de reuniões regionais e estaduais, atividades conjuntas com mulheres de outras organizações, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de participação em programações regionais e nacionais, como o Dia Internacional da Mulher e a Marcha das Margaridas, evento que reúne, em Brasília, mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, vindas de todo o país. A forte participação das agricultoras nas lutas, muitas delas dirigentes de associações e sindicatos rurais, conforme relata, levou à criação da Secretaria de Mulheres na FETAGRI. Essas mulheres também travam uma luta cotidiana contra o machismo, reinante não apenas na sociedade, de forma mais ampla, mas especialmente no interior das suas próprias instâncias de luta. A dirigente da FETAGRI (comunicação pessoal, 30 ago. 2023) diz que enfrenta desafios “até mesmo no ambiente sindical”, pois sofreu “violência, por parte de companheiros de movimento”, com agressões verbais e falta de apoio às lutas das mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaituba.

A dirigente afirma, ainda, que, nos debates da FETAGRI da região Norte, tem sido questionada a falta de investimento do Inca “após quase um ano do ‘nosso’ governo” (comunicação pessoal, 22 nov. 2023) e avalia que pequenos agricultores, assim como demais trabalhadores rurais da Amazônia, não constituem prioridade no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, nem nos debates que antecederam a 30ª Conferência da ONU⁷ sobre mudança do clima. As condições de vida e trabalho nos lotes de reforma agrária seguem cada vez mais precárias, com crescimento da pobreza e da vulnerabilidade social.

Da comunidade rural Monte Moriá, participaram da pesquisa doze agricultoras, entre as quais está a presidente.

São produtoras ativas e comandam as decisões da comunidade, embora não mencionem maior engajamento nas mobilizações da FETAGRI ou das demais comunidades da vicinal do Cacau. Informam haver distinções no acesso à terra – e, por consequência, a direitos, como o recebimento de créditos públicos – entre as comunidades localizadas em áreas da colonização de Itaituba, tal qual a de Monte Moriá, e as que são da reforma agrária, diretamente dependentes da ineficaz gestão do Inca. Há, então, questões político-institucionais diferentes entre assentadas e trabalhadoras da comunidade, o que repercute em agendas e mobilizações distintas, apesar dos muitos problemas comuns, de infraestrutura e apoio à produção e às famílias, nos dois casos.

A atuação das mulheres em Monte Moriá à frente da produção de frutas, doces, cacau, derivados da mandioca, dentre outros produtos, tem por objetivo, desde 2009, a venda dos produtos na Feira da Trabalhadora Rural, que ocorre todos os meses em uma praça na sede de Itaituba. Batizado de ‘Maria vai com as outras’, o grupo agrega produtoras pertencentes a famílias que vivem na região há muito tempo e outras que chegaram recentemente. O nível de cooperação entre elas é estreito e singular, não somente em torno da produção, como em ações sociais e de solidariedade, revelando coesão na vida cotidiana em grupo, nos desafiantes deslocamentos e nos dias de trabalho fora de casa, nas barracas da feira. O trabalho sem infraestrutura, em meio a constantes faltas de energia elétrica e a estradas esburacadas e alagadas, especialmente no inverno, não permite férias, já que precisam garantir a sobrevivência de suas famílias. Nos relatos, concluem que é preciso encontrar tempo para participar de mobilizações, porque há muito a ser exigido para o cumprimento de políticas que melhorem as condições da produção, do escoamento, da saúde, entre tantas demandas. Os rendimentos obtidos na feira, asseguram as agricultoras que comandam as atividades,

⁷ A 30ª sessão da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) foi realizada em Belém, em novembro de 2025.

garante o sustento da família e a liberdade para as mulheres definirem o que fazer com o dinheiro, inclusive em proveito próprio, o que é mencionado com orgulho, inclusive por uma delas que não tem conseguido participar diretamente da feira por estar doente:

Amo a minha comunidade, gosto demais dessas mulheres guerreiras, que a cada mês estão aí na luta, batalhando pra levar os seus produtos, pra vencer o dia a dia, por isso aplaudo elas de verdade. Acho cada uma delas mais corajosa do que a outra, o trabalho delas é muito . . . O nome Monte Moriá tem um peso muito grande e esse peso e responsabilidade está nos ombros de cada uma dessas mulheres que compõem a feira (comunicação pessoal, 27 ago. 2023).

Quanto às pescadoras artesanais da região, organizadas em associações e colônias pesqueiras, no Pará e na Amazônia, muitas delas presididas por mulheres, conforme assinala a dirigente da ASPEMIT, têm obtido direitos por meio de amplas mobilizações. A entrevistada exemplifica com o direito ao seguro defeso⁸, garantido anteriormente somente aos pescadores homens, em uma clara discriminação de gênero. O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e Baixo Amazonas (MOPEBAM), sediado em Santarém, esteve à frente da mobilização e do encaminhamento da reivindicação ao então presidente Lula, em 2006. Pescadoras tradicionalmente atuantes na profissão, trabalhando em regime de economia familiar, com seus maridos, ou exercendo sozinhas a profissão, responsáveis pelo sustento da família e vivendo exclusivamente da pesca, passaram a ter seus direitos assegurados somente a partir desse período.

Outros direitos, como a aposentadoria e a inclusão em programas governamentais, atualmente acessíveis somente por meio digital, são debatidos e encaminhados ao INSS ou ao Ministério da Pesca, conforme o caso, após aprovação em reuniões na associação. Somente a

presidente da ASPEMIT circula em espaços de discussão política e de trabalho em outras cidades, participando de reuniões convocadas pelo Ministério da Pesca e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca (SEDAP). Afora a agenda proposta pela associação, as mulheres mantêm suas atividades de forma isolada e referem crescentes dificuldades para o sustento das famílias, conforme afirma uma das pescadoras (comunicação pessoal, 26 ago. 2023): “sempre vou ter que trabalhar forçado pra viver. Tudo o que a gente espera é que melhore as coisas por causa da pobreza, porque as coisas estão caras demais e o pessoal não tá tendo dinheiro, tá tudo aumentando”.

A mobilização em torno de questões de gênero ou mesmo de direitos sociais e trabalhistas não faz parte das experiências das garimpeiras entrevistadas, apesar dos relatos de violências e crimes contra mulheres. Há “muitas mulheres envolvidas na política, mas não em partidos grandes, como o PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], o PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira]”, refere uma das interlocutoras do Creporizinho (comunicação pessoal, 17 ago. 2023). Contudo, apesar desse envolvimento individual com a política partidária, de modo geral, elas não integram movimentos sociais, sindicatos ou organizações de mulheres. As igrejas, sendo citada a Assembleia de Deus como a principal, de acordo com as garimpeiras, são os únicos locais de compartilhamento de experiências das famílias e apoio em situações de maior vulnerabilidade, como a de adolescentes que engravidam. O mesmo ocorre no garimpo Água Branca: “o único lugar em que as mulheres se encontram no garimpo é na igreja, mas pra atividade de garimpo não se encontram de jeito nenhum”, afirma a entrevistada (comunicação pessoal, 13 dez. 2023), referindo-se à ausência de organização em busca de direitos no trabalho, ou quaisquer outros, pelas garimpeiras.

⁸ O seguro-desemprego do pescador artesanal (SDPA), conhecido como seguro defeso, é um benefício no valor de um salário mínimo, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) às pessoas que dependem exclusivamente da pesca de pequeno porte durante o período em que a atividade é proibida, de modo a garantir o crescimento e a reprodução das espécies, além do sustento das famílias.

A partir dos relatos e das observações, depreende-se que as mobilizações das mulheres têm se dado muito fortemente no sentido de consolidar a capacidade da força de trabalho que prospera fora de casa, da absorção de novos conhecimentos, da ocupação de espaços de atuação antes dominados unicamente por homens – inclusive na direção de associações e sindicatos – e da busca pela sobrevivência por elas próprias. A inserção política em movimentos de mulheres, debates e lutas sobre questões de gênero, direitos e relações de poder são mais pontuais e, segundo os relatos, estão mais presentes entre mulheres que mantêm atuação político-sindical constante, como as dos assentamentos da reforma agrária.

ASFIXIA ESTRUTURAL, VIOLÊNCIAS E VULNERABILIDADES: O OLHAR DAS MULHERES

É importante apreender como as mulheres captam e decifram as pressões e violências, recorrentes nos relatos, as conexões que estabelecem e a quem atribuem responsabilidades. Com maior incidência, o Estado é responsabilizado pelas omissões deliberadas – por exemplo, no que se refere à reforma agrária e à desassistência aos pequenos produtores e suas famílias –, como também ocorre no garimpo, quando referem não haver políticas que amparem o ‘garimpeiro trabalhador’, ou pelos privilégios que as garimpeiras assinalam serem concedidos somente à mineração de grande porte. Fazendeiros, donos de portos e de barcas também são responsabilizados pelas pequenas produtoras rurais e pescadoras por exercerem pressão sobre a terra e dominarem o rio Tapajós, com o aval do Estado. São percepções que as mulheres têm a partir dos lugares de vida, culturas e ambientes de trabalho.

Como refere Jimeno (1998, p. 33), em estudo sobre a violência na Colômbia, há diferentes interpretações sobre experiências de violência, nos setores sociais, porque estão

relacionadas a construções cognitivas peculiares, a sistemas intersubjetivos de referências culturais e a distinções pela forma como os grupos sociais selecionam e se apropriam de questões emblemáticas.

Assim, as consequências impostas pelo desenvolvimentismo, com o avanço do comércio internacional do agronegócio, são tratadas pelas pescadoras, por exemplo, a partir da ‘zoada dos barcos’, que leva ao ‘fim de cardumes de peixes’, à diminuição da quantidade e do tamanho do pescado para venda, com a consequente redução da renda, a jornadas mais longas de trabalho, que implicam exaustão e dores nos seus corpos, além de conflitos em territórios de pesca. As agricultoras falam das pressões sobre a terra e violências praticadas pelo Estado, por fazendeiros e madeireiros, agentes ativos do agronegócio, ao relatarem sobre o gado solto para comer as plantações dos pequenos agricultores, as ameaças contra a vida dos assentados, as terras indocumentadas, a pobreza, a reforma agrária que mais expulsa do que acolhe os trabalhadores, levando muitos a desertar. As garimpeiras falam do temor em relação ao futuro, da responsabilidade do Estado em apresentar alternativas para milhares de famílias que vivem nas comunidades em que se transformaram oficialmente grandes garimpos da região, da desassistência à saúde, e confrontam o Estado por liberar a mineração de grande porte na região, que, conforme dizem, traz destruição maior e mais célere da natureza, além de levar as riquezas minerais para fora do país.

Para algumas delas, as interpretações do modelo econômico a partir dessas referências fomentaram ações coletivas e de mobilização. Para outras, observa-se, há questões em elaboração, de articulação entre causas e consequências, dos contrastes que as desafiam cotidianamente.

As precárias condições de vida e de trabalho traduzem-se em vulnerabilidade social⁹, inserida no contexto mais amplo do estado do Pará, o segundo da região

⁹ Sobre o tema, ler estudo sobre Itaituba, inclusive sobre risco de inundação, em Vieira et al. (2023, p. 12922), Costa et al. (2018, p. 10) e Costa e Marguti (2015, p. 55).

Norte com maior percentual de municípios com índice de vulnerabilidade social (IVS) muito alto (63,6%). Diferenças entre salários e rendimentos das trabalhadoras, apesar das disparidades constatadas nos relatos que seguem, refletem-se no contexto de incertezas, violências e vulnerabilidades, que abrange a todas, por diferentes razões.

Na saúde, os relatos em geral – das currutelas, comunidades garimpeiras e comunidades agrícolas – informam quão grave é a situação: alguns postos de saúde até chegaram a ser construídos, mas não há médicos, enfermeiras e medicamentos. Da picada de escorpião aos casos cardiológicos graves, a única saída é ir para Itaituba: “foram queimadas casas, colocaram pimenta nas roupas das mulheres, de malvadeza, pra botar medo e forçar o povo a sair” (agricultora familiar, comunicação pessoal, 30 ago. 2023).

As agricultoras familiares das áreas de assentamento e da colonização de Itaituba ressaltam a ineficácia das políticas públicas, incluindo também o descontrole da grilagem, a precariedade da assistência à saúde e à educação. Diz a presidente regional da FETAGRI (comunicação pessoal, 30 ago. 2023):

Fazendeiro tem demais dentro dos assentamentos. A maior parte é de produtores de gado e não sei como o Incra vai fazer com esse povo, porque o agricultor só tem uma parcela, enquanto os fazendeiros têm 10, 15, 20 parcelas de terra.

Quanto à saúde, outra agricultora (comunicação pessoal, 27 ago. 2023) denuncia que não há “atendimento por programas como o Saúde da Família. O posto de saúde inaugurado em Monte Dourado não tem profissional. Havia uma agente de saúde em outra localidade, mas há sete anos não é vista em Monte Moriá”.

As vicinais e pontes, sem manutenção, dificultam a circulação da produção, quando não a inviabilizam inteiramente, como no período de fortes chuvas na região, que se estendem de dezembro a abril. Ao comparar as dificuldades para manter a feira, diz uma das agricultoras (comunicação pessoal, 27 ago. 2023):

A luta é a mesma, agora a gente já tá velha, cansada, as pernas doendo, mas a gente vai levando a vida. Quando a gente chega lá já chega cansada, mas vai sobrevivendo. Na primeira noite dorme e já acorda melhorzinha. Graças a Deus nós estamos aqui contando da vitória e continuamos aqui trabalhando e lutando.

Nos assentamentos, a dependência em relação ao Incra torna ainda mais crítica a situação. A falta de georreferenciamento dos perímetros totais em vários assentamentos impede que cada lote seja regularizado e haja acesso a políticas públicas, como as de financiamento. Conforme a dirigente da FETAGRI (comunicação pessoal, 30 ago. 2023): “a informação de que cabe a cada agricultor pagar por esse serviço tem dividido comunidades e gerado conflitos muito grandes. Em vez do Incra vir pra organizar, vem com a proposta de dividir os trabalhadores”.

Além da asfixia estrutural imposta pelo Estado, há a pressão e violência dos fazendeiros, por meio da grilagem e da obtenção fraudulenta de documentos de terras em áreas federais, inclusive por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Diz a presidente da FETAGRI/BR-163 (comunicação pessoal, 30 ago. 2023): “há queima e invasão de casas de agricultores, gente que foi presa, ameaças e muitas barbaridades”, com maior intensidade ainda no Projeto de Assentamento (PA) Ypiranga, em Itaituba. O resultado é a precariedade da vida, a pobreza e a miséria, embora parte dos assentados siga resistindo. Resume a interlocutora (comunicação pessoal, 30 ago. 2023): “o governo não dá assistência, o Incra não dá assistência, joga o agricultor lá, que já é pobre e fica mais pobre ainda, porque não há estrada, escola, nada... E querem que as pessoas sobrevivam assim”.

O sentimento de que a luta conjunta e de cada mulher é importante, no entanto, é reafirmado nos depoimentos. Em Monte Moriá, o grupo ‘Maria vai com as outras’ afirma: “somos mulheres guerreiras . . . se você pegar uma vara de goiabeira e entortar ela quebra, mas se você pegar várias varas juntas e tentar quebrar, você nem enverga elas. Por isso é tão importante a nossa união” (comunicação pessoal, 27 ago. 2023). A presidente da FETAGRI diz: “sou lutadora, guerreira, vencedora e,



embora hoje me sinta mais fraca, não quero parar. Sou mãe, pai, tia, avó, tudinho” (comunicação pessoal, 30 ago. 2023). Nas palavras de uma pescadora artesanal (comunicação pessoal, 26 ago. 2023), “o pesqueiro em que eu pescava estragaram tudo, então, eu não vou mais pra essa não. Aí eu pesco nas cachoeiras . . . A gente sobe quatro cachoeiras e na quinta nós pesca”.

A presidente da ASPEMIT fala sobre a possibilidade de pescadores artesanais ganharem mais de um salário mínimo por mês. Pela pressão dos portos no Tapajós para a exportação de grãos, entretanto, isso tem se tornado cada vez mais difícil. Os portos se multiplicam no distrito de Miritituba, em Itaituba, e foram construídos em áreas de lagos em que há desova de peixes. Atualmente, as pescadoras não podem sequer se aproximar delas. Conclui a dirigente que: “é preciso ver como remediar essa situação, pra que haja condições de sobrevivência para os que vivem da pesca” (comunicação pessoal, 23 ago. 2023).

A vulnerabilidade e a pobreza da situação atual são descritas com clareza por uma pescadora, responsável pelo sustento de sua família, como a maioria das mulheres:

meses sim, meses não. Tem meses que você pega muito peixe e vende, tem meses que você não pega quase nada e aí dá só aquele basicozinho de comprar só o que mal dá pra consumir, pra tentar encher a barriga, entendeu? (pescadora, comunicação pessoal, 26 ago. 2023).

Flexibilizações ambientais e liberações para investidores do agronegócio e em grandes infraestruturas, como os portos, que atuam diretamente nos territórios de pesca do Tapajós, obrigam a deslocamentos cada vez maiores das pescadoras em direção a outros municípios, como Aveiro, e a cachoeiras distantes, onde enfrentam conflitos com pescadores que há muito já estavam por lá, para conseguir o sustento da família.

Na prática, significa que os corpos das trabalhadoras passam por um esforço físico muito maior, inclusive pelas noites que precisam dormir no fundo de pequenos barcos. O movimento dos portos e barcaças atrapalhou, confirma outra pescadora, pois “devido à ‘zoadá’ dos barcos, muitos peixes se afastaram e é preciso então sair de um local para outro pra pescar” (comunicação pessoal, 26 ago. 2023). A presidente da ASPEMIT ressalta que nunca foram cumpridos os falsos discursos, amplamente divulgados pela Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (AMPORT)¹⁰, de que “darão apoio social aos pescadores que foram afetados por conta dos portos, para estruturar as entidades que dão apoio a eles e mesmo para o atendimento do pescador na base” (comunicação pessoal, 23 ago. 2023)

O sofrimento presente nos relatos das pescadoras está muito ligado ao tempo e às distâncias para conseguirem pescar espécimes cada vez mais restritas e menores, e aos desgastes físicos que decorrem disso:

Traz muito sofrimento, porque se passa o dia a dia de sol, fome, pra chegar naquele lugar que você tem que parar pra ainda fazer uma comida pra comer, quando você já tá suado, cansado, e pra ainda ir quebrar gelo, selecionar o peixe, porque nem todo peixe vende, só o selecionado (pescadora artesanal, comunicação pessoal, 26 ago. 2023).

Outra pescadora conta que a coluna e o corpo são “todos arreventados” e que procura “fazer o máximo das atividades em pé” (comunicação pessoal, 26 ago. 2023). Uma das mais velhas se queixa de dores na coluna e conta que chegava a ficar sentada das 6 às 18 horas, até tratar, filetar, colocar os peixes para secar, dispor parte para escambo, e só então sair para vender. A presidente da ASPEMIT confirma que:

¹⁰ AMPORT representa as empresas que possuem terminais de uso privado (TUP), estações de transbordo de cargas (ETC), arrendatários, concessionários, delegatários e/ou autorizatários de instalações portuárias públicas ou de uso privado, este último incluindo o sistema de transbordo flutuante de cargas.

É muito sofrida a vida dos pescadores. Eles sentem a carga muito grande do trabalho e sentem sofrimento. Muitas vezes são obrigados a ficar no rio muitos dias, comendo só farinha e o peixe que assam. Às vezes está bom pra pescar, mas às vezes não, e ficam sem nenhum conforto, dormindo em fundo de canoa ou em beira de praia. Além disso, há agravos à saúde, porque pescam, na maioria das vezes, com materiais muito pesados, principalmente as [pescadoras] que lidam com linha química, têm o esforço de remar, que causa muitos problemas ósseos, articulares e musculares, atingindo também a coluna e as pernas (comunicação pessoal, 23 ago. 2023).

Quanto à discriminação das mulheres por parte dos pescadores homens, a presidente da ASPEMIT considera que:

A vida da pescadora é muito complicada, porque ainda existe muito preconceito, no sentido de colocar em dúvida a capacidade delas de pescar. O maior preconceito vem da parte dos pescadores homens que não têm mulher e acham que elas não conseguem. Na colônia de pescadores, havia muitos que diziam que era preciso tirar as mulheres, porque elas não pescavam. Mas as mulheres pescadoras não só conseguem pescar, como cuidam do marido, quando pescam junto com ele, cuidam da família e, quando o marido vai mais longe e pesca peixes maiores ou uma quantidade maior, ainda fica responsável por limpar o pescado, organizar tudo e arrumar o comprador (comunicação pessoal, 23 ago. 2023).

A sobrecarga do trabalho feminino na pesca ocorre, então, quando elas estão sozinhas à frente das atividades nos barcos, quando atuam com os maridos, por terem a responsabilidade de buscar compradores, e nas demais funções de apoio, consideradas como responsabilidade das mulheres, tal como dentro de casa.

Apesar das muitas dificuldades, as pescadoras registram que têm conseguido se impor frente aos homens, quando estão em atividade, e se sentem 'lutadoras', 'guerreiras'. Diz a presidente da ASPEMIT (comunicação pessoal, 23 ago. 2023) "são muito fortes, por conta da própria natureza difícil do trabalho, e, como são independentes financeiramente, porque se garantem na atividade, sabem que não morrerão de fome". Diz a interlocutora mais jovem (comunicação pessoal, 26 ago. 2023): "Não falta nada para os meus filhos, dentro do que posso comprar, e faço tudo o que posso por eles".

As vendas do pescado são feitas para o mercado local, intermediários das feiras e mercados de Itaituba, quando há produção razoável ou o peixe é maior; quando menor, as pescadoras acionam a rede de contatos próximos ou oferecem o pescado nas portas das casas, por preços bem mais baixos, o que cada vez mais vai interferindo diretamente na renda mensal. "O garimpo é terra sem lei. Predomina a lei do mais forte. Na verdade, o mundo é assim, a gente é que não observa, mas a lei sempre é a do mais forte" (interlocutora do Creporzinho, comunicação pessoal, 18 ago. 2023).

O que há de paradoxalmente libertador para as mulheres no exercício da atividade garimpeira, que mescla vínculos de trabalho sem garantias legais, ambiente de vida inóspito, saúde à deriva, distanciamento dos filhos? Há um universo singular das garimpeiras e, ao mesmo tempo, muito em comum nos papéis que ocupam na família. A singularidade está, entre outras questões, no rompimento de barreiras sociais impostas histórica e culturalmente, nos lugares que cabem a elas no mundo dessa atividade, tão distinta de outras frentes de trabalho. Santos de Jesus (2017, p. 2) refere criticamente que "o fato de o trabalho no garimpo ser pesado, insalubre, desgastante e se processar em áreas inóspitas e perigosas se constituiu em 'trabalho de homem', não condizente, portanto, com a suposta 'natureza feminina'". Baseada em pesquisa nos garimpos de Igatu-Andaraí, na Bahia, Santos de Jesus (2017) traz elementos importantes e coincidentes com os das mulheres garimpeiras do Tapajós, acerca da invisibilização do trabalho feminino, inclusive em dados oficiais, bem como dos limites impostos pelo gênero para que as mulheres pudessem ser consideradas "garimpeiras completas" (Santos de Jesus, 2017, p. 14). Apesar disso, já no período por ela investigado (1930-1970), a autora ressalta a capacidade de resistência das mulheres para subverter papéis definidos pelo universo masculino, incentivadas em grande medida pelas necessidades de sustento, o que as levou a processos de organização coletiva, naquela região, e à efetiva contribuição para a renda familiar.



Ocorre que, segundo as entrevistadas, embora muitas tenham ido para o garimpo para exercer 'as funções destinadas às mulheres' – cozinheiras, dançarinas de boates etc. –, as relações de poder em muitos casos se inverteram. Há mulheres dirigindo grandes retroescavadeiras, pilotando voadeiras, dragas escariantes, atuando como mergulhadoras, descendo às profundezas dos rios em busca de ouro ou descendo em poços, como a entrevistada do Água Branca. Outras são as próprias donas dos garimpos.

Ao examinar as transformações nos papéis ocupados por mulheres da atividade garimpeira, tomando como paralelo o trabalho de Rodrigues (1992), também fundado em pesquisa na região do Tapajós, é possível destacar permanências e mudanças. De um lado, a busca do garimpo por trabalhadoras para resolver situações de precariedades da família, ocupando, em muitos casos, a condição de 'mulher de boate', 'dona de pensão' ou 'cozinheira', segue acontecendo como lugar transitório, embora acessado repetidamente, para obter vantagens financeiras em relação às frentes de trabalho disponíveis na cidade. De outro, ao citar a 'dona de par de máquina', Rodrigues (1992, pp. 29-30) faz referência a mulheres que passaram a se envolver diretamente na extração aurífera, administrando equipes, já naquele início da década de 1990, temporariamente, com vistas a recuperar a condição camponesa que possuíam anteriormente.

Com base nos relatos atuais, as mulheres que estão à frente da atividade garimpeira, para além do sustento das famílias, desejam dominar suas áreas de atuação, buscam se especializar, compram e pilotam grandes máquinas e não mencionam o desejo de atuar na atividade camponesa. Conhecem os riscos da garimpagem praticada ilegalmente em muitas áreas e por isso querem auferir a condição

de oferecer às novas gerações, de filhos e netos, outras perspectivas de trabalho, estudo e vida na cidade.

As mudanças nas formas de atuação foram se alterando nos últimos tempos, à medida que as mulheres decidiram assumir garimpos deixados por herança dos pais ou maridos; ou porque elas mesmas tinham dinheiro de dívidas e compraram áreas de antigos donos que faliram. Uma delas resume, ao falar sobre os riscos: "são mulheres corajosas que se desafiam a cada dia a aprender coisas novas" (comunicação pessoal, 17 ago. 2023). Mas seriam respeitadas como donas de garimpo ou exercendo funções antes ocupadas somente por homens? Sim, "sabem se impor", diz uma interlocutora (comunicação pessoal, 13 dez. 2023). No Água Branca, a 'dona do serviço' afirma categoricamente:

dou ordem e eles [os garimpeiros] têm que me obedecer, porque ficar sem trabalho no garimpo não é bom e eles não querem perder a vaga. Se o garimpeiro não obedece, recebe as contas e vai embora. É igual na cidade, a outro emprego qualquer (comunicação pessoal, 13 dez. 2023).

A avaliação dos ganhos, em qualquer posição ocupada, é sempre baseada no valor do grama do ouro. O salário mínimo do país é desconhecido pelas entrevistadas. Pagamentos para cozinheiras que trabalham nos baixões¹¹, por exemplo, dependendo do número de garimpeiros atuando na área, variam, em geral, entre 10 e 20 gramas de ouro e, dependendo da cotação do ouro, podem chegar a R\$ 7 mil ou mais por mês. Em outra frente de trabalho, a interlocutora nascida em Tucuruí trabalha com filão¹² e draga no garimpo Água Branca, juntamente com o marido maranhense, como 'donos de serviço'. No empreendimento familiar, em que conta com o marido como parceiro de trabalho, que é especialista em detectar filões de ouro, pagam 10% do ouro extraído ao dono da

¹¹ O baixão é uma área de apoio à garimpagem, próxima aos rios e igarapés, em geral com alojamentos do tipo barracas de lona ou plástico, onde ficam guardados equipamentos e instrumentos para a exploração do ouro, que serve também de moradia temporária para garimpeiros e cozinheiras. Ficam distantes das currutelas ou comunidades, criadas a partir das áreas de exploração, onde residem, por vezes, as famílias dos garimpeiros. Quando consolidadas, as comunidades contam com escolas, boates, bares, delegacia de polícia, igrejas, comércio local, etc. A energia elétrica nos baixões é fornecida por meio de motor, de um dono particular, e, em geral, há acesso à internet.

¹² O filão, explica a garimpeira, leva ao ouro encontrado em pedras retiradas do poço, por vezes no meio da montanha, cujos veios são seguidos por dentro da terra. As pedras retiradas do fundo do poço são puxadas em baldes e depois, moídas, para a retirada do ouro.

área. A garimpeira diz ter vasta experiência em descer e selecionar pedras no fundo do poço. Pelos riscos e condições insalubres, considera que o trabalho resultou em graves prejuízos à sua saúde.

O trabalho garantido, ressaltam as garimpeiras, “dá sempre dinheiro”. Sobre os garimpeiros, contam que “a maioria vive no garimpo porque os cabarés estão bem ali e eles nem saem mais da currutela, gastam tudo, e não vão nem a Itaituba” (comunicação pessoal, 13 dez. 2023). Apesar das vantagens, citam os riscos da atividade em área ilegal, na mira da fiscalização e da queima de máquinas pelos órgãos de controle ambiental e da polícia federal. A entrevistada, cuja família sempre viveu no Creporizinho, afirma que: “nessa região, cerca de 80% dos garimpos são ilegais. A garimpagem não foi legalizada como profissão e está pior agora, que estão botando tudo pra acabar e vai acabar mesmo. Pior vai ficar” (comunicação pessoal, 17 ago. 2023). O trabalho em condições inóspitas, sem registro oficial nem garantias sociais, não é comparado pelas interlocutoras ao trabalho análogo à escravidão, conforme as leis do país.

Ao falar sobre o mercúrio, a entrevistada do Creporizinho minimiza os impactos porque considera que há meios para evitar a contaminação, sem acabar com a profissão. Diz enfaticamente que considera mais graves “as preocupações [que] vão muito além do mercúrio, porque há a violência sexual com as meninas e . . . se o cara quiser ela e ela não quiser, ele acaba matando ela” (comunicação pessoal, 17 ago. 2023). A violência contra as mulheres que trabalham nos cabarés, algumas muito jovens, só é suportada, segundo a interlocutora do Patrocínio, “porque cheiram pó, pra manter o equilíbrio. Já basta a vida que levam e a cafetina que é uma ‘benção’” (comunicação pessoal, 18 ago. 2023), ao relatar o nível de violência por parte da mulher que está no comando da casa.

No âmbito doméstico, a situação não é menos grave, reforça a interlocutora do Creporizinho (comunicação pessoal, 17 ago. 2023):

Quando a mulher já está morando com o cara, é a violência doméstica que ocorre na maioria dos casos. Muitas mulheres vêm a óbito, por conta desse tipo de violência. Algumas são mortas por armas de fogo, porque alguns garimpeiros têm arma calibre 38, e outras são mortas a pauladas. Em geral, são mulheres já casadas, mortas por ciúme dos maridos. São crimes que não têm justiça pra eles, ficam impunes. Alguns são registrados e os homens são presos, mas eles têm advogados e saem da prisão. Outros nem chegam a ser presos, fogem pelo mato, vão embora e ninguém nunca mais acha.

A entrevistada do Creporizinho considera ainda que a violência verbal e a agressão psicológica são muito triviais: “os homens falam para as mulheres que são feias, gordas, mandam emagrecer.. O preconceito predomina” (comunicação pessoal, 17 ago. 2023).

O SOFRIMENTO INTRÍNSECO À VIDA SOCIAL

As diferentes formas de opressão e violência lhes trazem muito sofrimento, marcador importante que aparece de maneira pungente em seus relatos. Há dimensões do sofrimento individualizadas, como a dos corpos sobrecarregados e adoecidos, e há também as coletivas, demarcando a condição social e econômica de mulheres que vivem naqueles lugares e trabalham naquelas atividades.

Sarti (2001), ao examinar o fenômeno da dor, compreende o “corpo como uma realidade que não existe fora do social, nem lhe antecede”, sendo, assim, “feito”, “produzido” em cultura e em sociedade (Sarti, 2001, p. 4). As experiências individuais, nesse sentido, inscrevem-se “num campo de significações coletivamente elaborado”, histórica e culturalmente. Os relatos de sofrimento, sob essa perspectiva, devem ser, ao mesmo tempo, subjetivamente apreendidos e socialmente referenciados.

Fonseca e Maricato (2013, p. 254) analisam relatos de sofrimento a partir de subáreas da antropologia, a das emoções e vítimas. Questionam se depoimentos de sofrimento significam dupla vitimização, no sentido de, para além dos fatos em si, servirem para potencializar a subjugação dos sujeitos ao Estado ou se trariam ganhos de cidadania na busca por reconhecimento. A emoção nos depoimentos significaria individualização dos problemas



sociais ou estratégia entre aliadas para tornar mais eficaz a denúncia pública? As autoras propõem dar ênfase à “experiência vivida dos sujeitos envolvidos” (Fonseca & Maricato, 2013, p. 272) e interpretam que o “sofrimento é intrinsecamente social”.

A dimensão extraindividual, argumentam Fonseca e Maricato (2013, p. 271), pode ser captada no trabalho etnográfico, sendo mais “bem destacada nas etnografias sobre indivíduos organizados em coletividades que reivindicam reconhecimento”. Os relatos de dor, então, captados pelo olhar etnográfico, deixam de ser “atomizados” (Fonseca & Maricato, 2013, p. 272) e, assim, não apenas denunciam publicamente o que produz a dor coletiva, como também podem funcionar como “liga emocional de uma comunidade política” (Fonseca & Maricato, 2013, p. 272), no sentido proposto por Jimeno (2010). Analisa Jimeno (2010, p. 100) que são criados laços de compartilhamento entre pessoas submetidas a fatos e processos violentos, que levam à formação de “comunidades emocionais”, alicerçando uma ética do reconhecimento que pode levar a ações coletivas de protestos e reparações, por meio de discurso inclusivo e não particularista, político e não privado (Jimeno, 2010, pp. 113-114).

Partindo dessas reflexões teóricas, as manifestações de sofrimento das mulheres soam como busca por reconhecimento de direitos e por denúncia das violências e opressões pelas quais passam coletivamente, ou seja, o que produz dor advém de processos sociais, de relações de poder, que repercutem em todos os âmbitos da vida. As emoções demonstradas, no caso, não assumem caráter apelativo, mas sim de conexão com questões presentes no cotidiano, que transbordam em sentimentos durante os depoimentos. Quanto à formação de comunidades políticas, que podem sobreviver ao compartilhamento da dor coletiva, parecem estar mais presentes naqueles grupos de mulheres em que há certo nível de organização institucionalizada, como sindicato/federação e associação. Nos demais, poderá ou não emergir como força política, capaz de obter ‘ganho de cidadania’.

Víctora e Ruas-Neto (2011, p. 38), em estudo etnológico sobre indígenas urbanos, tratam também o sofrimento social como fenômeno abrangente. Apontam haver inabilidade das instituições políticas e burocráticas ao lidar com o sofrimento social (Víctora & Ruas-Neto, 2011, p. 49). O sofrimento aparece não só na fala das mulheres de Itaituba, mas também alguns representantes de órgãos estatais corroboram o que elas disseram. Um representante do Incra de Itaituba, por exemplo, ao tratar sobre a regularização fundiária nas áreas de reforma agrária, objeto das queixas das mulheres, afirma: “Infelizmente, o povo foi atraído pelas promessas desses programas que eram pra melhorar a vida das pessoas e que sem nenhuma explicação não foram consolidados” (comunicação pessoal, 22 ago. 2023). E, a seguir, responde ao questionamento sobre o que impediria o Incra de resolver questões tão pungentes: “a gente acha que o governo [federal] não fez porque não quis, porque tem muito dinheiro, mas não tem o foco da prioridade e as coisas vão acontecendo” (comunicação pessoal, 22 ago. 2023).

IMPASSES DA TRANSIÇÃO GERACIONAL: A SUCESSÃO NA TERRA

“Estão ficando só os mais velhos na nossa comunidade... Pra cá pra nós está difícil” (agricultora familiar, comunicação pessoal, 30 ago. 2023).

A dirigente da FETAGRI constata que nos assentamentos “estão ficando somente os mais velhos, como na nossa comunidade, Nova Olinda, que fica no PA Miritituba” (comunicação pessoal, 30 ago. 2023). A sucessão na terra pelas famílias de pequenos produtores vai se esgotando na região, com o avanço cada vez mais célere dos latifúndios, intensificando a pressão e a violência sobre agricultores, que seguem na luta pelo direito à terra.

As trabalhadoras tratam sobre a transferência das filhas e dos filhos para a cidade, cada vez mais comum, onde ficam sob a responsabilidade de empregadas domésticas que atuam como ‘governantas’. Ao mesmo tempo que esse

caminho é visto como única alternativa, traz implicações afetivas, inclusive pelas mudanças culturais que ocorrem. Diz a presidente da comunidade Monte Moriá:

Os jovens vão para a cidade, pegam o gosto da vida de lá, passam a querer outras coisas e não querem mais voltar. A migração dos jovens para a cidade é alta. Tem poucos jovens aqui, mas só que muitas vezes os pais tiram os filhos do campo antes de chegar a idade deles sair daqui . . . Quando as crianças voltam, vêm com outro comportamento, já não estão mais com o comportamento da cultura daqui, porque já pegaram o gostinho por outras coisas, estão mudadas (comunicação pessoal, 27 ago. 2023).

A entrevistada do Creporizinho, embora avaliando que o garimpo “não é ruim”, conclui adiante ser preciso pensar nos filhos, porque “o caos está próximo”,

a vida do garimpo é essa, é trabalhar, ir para a currutela, beber até morrer, se divertir e quando morrer não ter nem o dinheiro do caixão, porque quem enricou foi o empresário, o dono do bar, o dono do comércio (comunicação pessoal, 17 ago. 2023).

Essa realidade, sem atrativos para os jovens, é descrita pela entrevistada do Patrocínio: “aqui não se tem vida, não se tem pra onde sair e todo dia é a mesma coisa” (comunicação pessoal, 18 ago. 2023). A pesquisa de campo evidenciou, no entanto, distinções bem marcadas de gênero entre os jovens dos garimpos. Diz a entrevistada do Água Branca: “a maioria dos filhos homens quer virar garimpeiro mesmo e estudar só o que dá, enquanto principalmente as meninas vão para a cidade” (comunicação pessoal, 13 dez. 2023). Quando vão para a cidade, elas estudam e buscam ocupar postos de trabalho. Quanto às pescadoras, dizem ter lutado para manter os filhos na escola, para que tenham outras profissões. Relata uma delas: “nenhum dos filhos virou pescador, embora gostem de pescar, mas não para sobreviver” (comunicação pessoal, 26 ago. 2023). Filhas mulheres de outras delas seguiram para estudar e trabalhar na cidade.

O sentimento expresso é de que, ao cabo da vida, a herança do trabalho árduo não é mais a terra, a água

ou o que foi produzido a partir delas, posto que tudo vai sendo convertido em dinheiro para criar gerações que transponham as fronteiras rurais, em busca de novas profissões e expectativas na vida urbana.

As mulheres atribuem ao Estado a responsabilidade pelos impasses para a sucessão familiar naqueles territórios, por não garantir alternativas ao êxodo rural da juventude, que segue, no entendimento da maioria, sendo a única via para vencer a pobreza, ter acesso ao ensino continuado, à saúde, a outras profissões, a uma vida mais digna. Políticas e investimentos para qualificar a juventude a atuar junto às famílias, informam elas, são muito limitados em Itaituba, razão da descrença na mudança dessa realidade a tempo de alcançar a geração das/dos filhas/filhos das participantes da pesquisa.

Depreende-se, assim, que os ambicionados estoques de terras da região tendem a fortalecer ainda mais o agronegócio e a mineração, com suas matrizes de interesses entrecruzados, fortemente capitalizados e associados aos dos donos de grandes infraestruturas, aquecendo ainda mais o mercado de terras. Em consequência, tem havido um aumento progressivo da pressão sobre as áreas urbanas de cidades médias, como Itaituba, as quais não têm condições de absorver o fluxo advindo do campo, o que compromete ainda mais a complexa teia de vulnerabilidades já enfrentada pelas populações periféricas do município.

O ‘TRABALHO OCULTO’ DAS MULHERES

“Eu vivi sozinha sustentando a casa, mas também os filhos nunca me cobraram pai. Eu e minha mãe que criava eles...” (agricultora familiar, comunicação pessoal, 30 ago. 2023).

A centralidade das mulheres nas famílias é um aspecto que se sobressai nos relatos. As famílias numerosas, com filhos, netos, agregados, antes assumidas pelas mulheres no âmbito exclusivamente doméstico, passaram a ser custeadas por elas, ao acumularem, por vezes como protagonistas, novas funções e desafios no trabalho,



buscando superar, também aí, o machismo. A sobrecarga, reiteradamente presente nos relatos, reflete-se nos corpos, na vida e na saúde das mulheres.

São questões há muito debatidas por autoras feministas. Mesmo sem ser assim formulado pelas participantes da pesquisa, trata-se do “trabalho oculto”, analisado por Federici (2021) em suas pesquisas. A autora ressalta a invisibilidade do trabalho executado por milhões de mulheres, que são ignoradas nas atividades que reproduzem a vida e a própria força de trabalho no âmbito doméstico. Santos de Jesus (2017, p. 7) refere a pretensa atribuição biológica, com imposição da lógica de separação e hierarquização do trabalho produtivo/reprodutivo, assalariado/doméstico e dos papéis sociais assumidos por homens e mulheres. Fraser (2019, p. 30) analisa o peso da cultura política do capitalismo na naturalização das injustiças de gênero.

Como as mulheres interpretam a autonomia que conquistaram? Sem exceção, na pesquisa, as mulheres manifestam autorreconhecimento do seu valor e se consideram ‘lutadoras’, ‘guerreiras’, ‘vencedoras’. Destacam a importância de garantir o próprio sustento e o das famílias, o domínio de novos conhecimentos, a relevância de ocupar funções estratégicas, de tomar decisões em ambientes de trabalho antes dominados por homens.

Por estarem à frente das famílias e do trabalho, as mulheres têm obtido prioridade em programas e políticas públicas, como refere o entrevistado do Inbra (comunicação pessoal, 22 ago. 2023):

As mulheres têm prioridade, sim, e inclusive agora a documentação segue com mais celeridade se está no nome da mulher. Em geral, o homem só recebe o título se a esposa estiver junto pra assinar também. Agora, se o documento está no nome da mulher, ela resolve tudo sozinha. Estão também sendo elaboradas políticas de transferência de recursos, de custeio e até mesmo de fomento, específicas para as mulheres.

As mudanças das mulheres, ao adquirirem técnicas de trabalho, ocuparem novas funções, inclusive como dirigentes sindicais e de associações, e de serem as principais responsáveis pelo orçamento doméstico, na

maioria dos casos, forçaram as instituições do Estado a reposicionar o antigo ‘chefe de família’, antes centrado na figura masculina, revelando que a mobilização delas tem forçado o reconhecimento de direitos.

É fato que há muito a ser percorrido para que haja efetividade das políticas públicas e garantia de direitos às mulheres, tanto no mundo do trabalho quanto nas desigualdades de gênero em geral. As violências e os sofrimentos relatados certamente não são experiências isoladas, vinculando-se a questões estruturais e sistemas de opressão experienciados em outros universos femininos submetidos aos marcos da dominação capitalista e patriarcal, particularmente em processos neocoloniais, como reflete Ballestrin (2017), embora os caminhos sejam distintos e “nem sempre as mulheres [sejam] aliadas e alinhadas entre si em suas disputas e conflitos pela justiça” (Ballestrin, 2017, p. 1051). Entre as entrevistadas na pesquisa, por exemplo, a forma de luta pela sobrevivência é também resistência à opressão e à ocupação de territórios por parte dos detentores do poder econômico, embora isso nem sempre ocorra por meio de atuação institucionalizada.

De todo modo, é preciso também atentar para o fato de que as instituições políticas e econômicas em questão são parte das estruturas de poder. Como alerta Butler (2018), a própria “categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (Butler, 2018, p. 16).

CONCLUSÕES

Os relatos e a observação etnográfica sobre as mobilizações das mulheres conduziram a reflexões do que se poderia considerar, isoladamente e fora do contexto, como limites precários de organização coletiva. Mesmo que o sejam em grande medida, são consideradas como conquistas legítimas pelas interlocutoras.

O lugar da análise, em que vivem e atuam as mulheres como sujeitos sociais, está fixado em território submetido à dominação político-econômica que se impõe

com violência, subvertendo direitos essenciais. Em vista das múltiplas vulnerabilidades que enfrentam, como denunciam as mulheres, é possível compreender as vitórias que têm peso para elas e que fazem com que se assumam como 'guerreiras' e 'vencedoras'. Isso não é pouco. Afinal, no contexto de uma região de fronteira, em que as mulheres são cotidianamente confrontadas com a voracidade dos agentes do poder hegemônico e com discriminações de gênero, elas garantem o sustento de suas famílias, estão à frente do que produzem com conhecimentos obtidos por seus próprios esforços e impõem-se em trabalhos e funções considerados eminentemente masculinos. Lutam pela educação das novas gerações e assumem, em paralelo, o peso do trabalho, dos cuidados domésticos e da família. Em muitos casos, inserem-se também na luta política institucionalizada.

Certamente, como admite parte das interlocutoras, há necessidade de maior mobilização e fortalecimento de redes de resistência, de articulação com outras organizações e movimentos sociais, inclusive de âmbito regional e nacional, como já ocorre com as agricultoras do campo sindical e dirigentes de associações de pescadoras e pescadores, ainda que enfrentem falta de recursos, grandes distâncias geográficas e dificuldades de acesso, pelos rios e estradas precárias, para organizar mobilizações frequentes que possam dar corpo cada vez mais consistente à luta por direitos.

Quanto às garimpeiras, as condições específicas de vida e trabalho, embora permeadas de violências nas áreas de garimpo e nas comunidades, não têm, segundo informam, suscitado nenhum tipo de organização e mobilização de mulheres, que não as vinculadas à Igreja. Chama a atenção, no entanto, o quanto formulam críticas ao papel exercido pelos governantes, às condições de vida e às perspectivas de futuro.

Vale aqui ressaltar a responsabilidade do Estado frente à inação deliberada quanto à efetivação de canais democráticos, que têm sido cada vez mais esvaziados, sufocando, assim, toda forma de reação popular e de participação nas decisões públicas. Trata-se, sob muitos aspectos, como referem Dardot e Laval (2016, p. 8), da

fragmentação da democracia, de "antidemocratismo". O coletivismo e a democracia, salientam os autores, são alvos preferenciais do sistema, que busca obstruir toda forma de expressão e de mobilização para garantir a soberania popular.

Dinâmicas político-econômicas mundiais do agronegócio, da mineração e da financeirização da economia, exponencialmente crescentes, aliadas a interesses regionais e nacionais, em territórios detentores de estoques de terras, minérios e outras riquezas, caso de Itaituba, submetem-nos à lógica do atual regime de exploração e acumulação e, como ressaltam Castro e Castro (2022, p. 12), aumentam a violência e a devastação social e natural na Amazônia. As lutas das mulheres, as múltiplas questões de gênero, do trabalho e dos direitos envolvidos, inserem-se, assim, no conjunto dessas matrizes de poder.

As insatisfações e a indignação, que crescem à medida que avança a devastação socioambiental na região, como revelado com perspicácia e emoção pelas mulheres na pesquisa, podem irromper em outras frentes de ação e fortalecer as existentes.

AGRADECIMENTOS

O projeto foi financiado pelo *Institut de Recherche pour le Développement* (ANR-21-CE41-0021). A autora agradece o apoio financeiro e o suporte para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Ballestrin, L. M. A. (2017). Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, 25(3), 1035-1054. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Coleção Sujeito e História, 16. ed.). Civilização Brasileira.
- Castro, E. (2021). Prefácio: fronteiras, cidades e ruas na inversão do olhar. In C. Reginensi, F. S. Rodrigues, & L. M. Drebes (Orgs.), *Entre fronteiras, cidades e ruas: experiências de migrantes e ambulantes* (pp. 8-18). UFRR.
- Castro, E. M. R., & Castro, C. P. (2022). Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. *Novos Cadernos NAEA*, 25(1), 11-36. <http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v25i1.12189>



- Costa, M. A., & Marguti, B. O. (Eds.). (2015). *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. IPEA.
- Costa, M. A., Santos, M. P. G., Marguti, B. O., Pirani, N., Pinto, C. V. S., Curi, R. L. C., Ribeiro, C. C., & Albuquerque, C. G. (2018). *Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras* (Texto para Discussão, 2364). IPEA. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257>
- Coy, M., & Klingler, M. (2014). Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. *Revista Territórios & Fronteiras*, 7(1), 1-26. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4807424>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (Coleção Estado de Sítio). Boitempo.
- Federici, S. (2021). *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo* (Vol. 1). Boitempo.
- Fonseca, C. (2017). Lá onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do campo etnográfico. *Revista Mundaú*, (2), 96-118. <https://doi.org/10.28998/rm.2017.n.2.3148>
- Fonseca, C., & Maricato, G. (2013). Criando comunidade: emoção, reconhecimento e depoimentos de sofrimento. *Interseções*, 15(2), 252-274. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/9523>
- Fraser, N. (2019). Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 25-48). Bazar do Tempo. https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-_2019_.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Cidades e estados: Itaituba*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/itaituba.html>
- Jimeno, M. (1998). Identidad y experiencias cotidianas de violencia. *Análisis Político*, (33), 32-46. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/78439>
- Jimeno, M. (2010). Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, 16(1), 99-121. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000100005>
- Rodrigues, R. M. (1992). *Mulheres do ouro: o trabalho feminino nos garimpos*. Governo do Estado do Pará. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/mulheres-do-ouro-o-trabalho-feminino-nos-garimpos>
- Santos de Jesus, D. S. (2017, julho). Minas já não há. E agora José? uma análise do trabalho feminino nos garimpos de Chique-Chique de Igatu/Andaraí-BA, nas décadas de 1930 a 1970. In *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*, Universidade de Brasília. <http://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/35-snh29?start=120>
- Sarti, C. A. (2001). A dor, o indivíduo e a cultura. *Saúde e Sociedade*, 10(1), 3-13. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902001000100002>
- Tedesco, L. L. (2015). *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica* [Tese de doutorado, Vrije Universiteit Amsterdam]. https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=919098
- Víctora, C. G., & Ruas-Neto, A. L. (2011). Querem matar os 'últimos Charruas': sofrimento social e 'luta' dos indígenas que vivem nas cidades. *Revista Antropológicas*, 22(1), 37-59. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23736>
- Vieira, L. S., Oliveira, F. S., Nascimento, W. R., & Mota, G. V. (2023). Análise da vulnerabilidade social e avaliação de risco de inundação urbana de Itaituba-PA. *Brazilian Journal of Development*, 9(4), 12911-12931. <https://doi.org/10.34117/bjdv9n4-024>

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

